

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2016 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Litorânea do Espírito Santo – Sicoob Sul Litorâneo em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br)

**1) Política Operacional**

Em 2016, o Sicoob Sul Litorâneo completou 26 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

**2) Nosso Desempenho**

**2.1) Retornos**

			%	p.p
ROE/ROA	Jan a Dez/2016	Jan a Dez/2015		Varição
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – anualizado	17,33	28,55		-11,22
Retorno sobre Ativo Médio - anualizado	3,68	5,90		-2,22

**2.2) Resultado**

	Em Milhares R\$		%
Demonstração do Resultado do Período	Jan a Dez/2016	Jan a Dez/2015	Varição
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	17.892	20.727	- 13,68
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.063	4.329	132,46
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	515	696	-26,01
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	5.896	4.869	21,09
Receitas com Ato Não Cooperativo	1.793	1.275	40,63
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	18.501	15.582	18,73
Despesas Tributárias	349	224	55,80
Resultado de Participações e outras receitas operacionais e resultado não operacional	1.973	998	97,7
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	12.498	6.171	102,53
Juros ao Capital	4.813	3.796	26,79
Sobras do exercício	9.003	12.233	- 26,40

Contribuíram para compor a Sobra do exercício de 2016:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 21,09% e a receitas com ato não Cooperativo aumentou 40,63% em relação ao mesmo período de 2015.

Quanto as despesas, ocorreu uma variação do grupo de despesas com pessoal e administrativas, em relação ao mesmo período de 2015, de 18,73%.

Houve um aumento de 102,53% na receita de ingressos de depósito intercooperativos, que são os rendimentos que a Cooperativa recebeu do Sicoob Central ES pela centralização da administração financeira dos recursos.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 31,25%.

Foi pago para os associados em 2016 o valor de R\$ 4.813 mil referente a juros ao capital, que é 26,79 % maior do que o pago no exercício anterior.

A Sobra do exercício de 2016 foi de R\$ 9.003.

**2.3) Dados Patrimoniais**

	Em Milhares R\$		%
Balanco Patrimonial	Jan a Dez/2016	Jan a Dez/2015	Varição
Ativos Totais	265.745	222.335	19,52
Centralização Financeira	123.893	62.662	97,72
Carteira de Crédito	135.495	146.889	- 7,76
Depósitos	177.307	135.583	30,77
Patrimônio Líquido	60.002	53.401	12,36
Patrimônio de Referência (PR)	59.975	53.396	12,32

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2016

O total de ativos atingiu R\$ 265.745 mil ao final de dezembro de 2016, com crescimento de 19,52% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os depósitos obtiveram um aumento de 30,77% considerando o mesmo período de 2015, atingindo no final do exercício de 2016 o montante de R\$ 177.307 mil.

O patrimônio líquido cresceu 12,36% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 60.002 mil.

Em 31/12/2016 a inadimplência acima de 90 dias foi de 5,75.

**2.3.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ**

Em Milhares R\$

	31/12/2016			31/12/2015			Varição	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	15.471	611	16.082	20.413	389	20.802	-4.720	-22,69%
Empréstimos	29.450	69.706	99.156	30.520	69.906	100.426	-1.270	-1,26%
Títulos descontados	5.423	10.662	16.085	5.981	15.612	21.593	-5.508	-25,51%
Conta Corrente	2.161	2.011	4.172	1.784	2.284	4.068	104	2,56%
<b>Total</b>	<b>52.505</b>	<b>82.990</b>	<b>135.495</b>	<b>58.698</b>	<b>88.191</b>	<b>146.889</b>	<b>-11.394</b>	<b>3,95%</b>

**3) Pessoas**

Contávamos com 77 colaboradores no final do exercício de 2016, desses 98,70% possuem ensino superior e 44,16% com Certificação Profissional ANBINA (CPA). A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 7.777 mil no exercício corrente.

**4) Política de Crédito**

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propeno tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No exercício de 2016, houve uma concentração de 85,22% nos níveis de risco "AA" a "C".

**5) Governança Corporativa**

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de

todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

**6) Conselho Fiscal**

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balanços mensais e seu balanço patrimonial anual.

**7) Código de Ética**

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

**8) Sistema de Ouvidoria**

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.422 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

No exercício de 2016, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 23 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, 17 foram classificadas procedentes e todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

**9) Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Alfredo Chaves – ES, 13 de março de 2017.

**Conselho de Administração.**

<b>BALANÇO PATRIMONIAL (EM 31/12/2016 E DE 2015   EM MILHARES DE R\$)</b>			
ATIVO	Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>Circulante</b>		<b>202.224</b>	<b>159.248</b>
Disponibilidades		1.319	2.752
Títulos e Valores Mobiliários	4	1.186	744
Carteira Própria		1.186	744
Relações Interfinanceiras	5	123.893	62.662
Centralização Financeira - Cooperativas		123.893	62.662
Operações de Crédito	6	73.102	91.480
Empréstimos e Títulos Descontados		75.736	87.669
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		9.885	10.874
(-) Provisão para Operações de Crédito		-12.519	-7.063
Outros Créditos	7	2.389	1.441
Crédito por Avais e Fianças Honradas		440	-
Rendas a Receber		1.623	901
Diversos		634	540
(-) Provisão para Outros Créditos de Liq Duvidosa		-308	-
Outros Valores e Bens	8	335	169
Outros Valores e Bens		456	162
(-) Provisão para Outros Valores e Bens		-135	-
Despesas Antecipadas		14	7
<b>Não Circulante</b>		<b>63.521</b>	<b>63.087</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>53.260</b>	<b>54.274</b>
Títulos e Valores Mobiliários	3	2.383	4.987
Carteira Própria		2.383	4.987
Operações de Crédito	6	49.874	48.346
Empréstimos e Títulos Descontados		43.677	38.418
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		6.197	9.928
Outros Créditos	7	1.003	941
Diversos		1.003	941
<b>Permanente</b>		<b>10.261</b>	<b>8.813</b>
Investimentos	9	8.132	7.242
Participação em Cooperativa Central de Crédito		4.363	4.363
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		3.769	2.879
Imobilizado de Uso	10	2.026	1.478
Outras Imobilizações de Uso		4.439	3.417
(-) Depreciações Acumuladas		-2.413	-1.939
Intangível		103	93
Ativos Intangíveis		313	262
(-) Amortização Acumulada		-210	-169
<b>TOTAL</b>		<b>265.745</b>	<b>222.335</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Circulante</b>		<b>196.196</b>	<b>155.047</b>
Depósitos	12	177.304	135.583
Depósito à Vista		34.001	31.386
Depósito Sob Aviso		1.353	1.330
Depósito a Prazo		141.950	102.867
Relações Interfinanceiras		7.145	7.945
Repasse Interfinanceiros	13.1	7.144	7.934
Correspondentes		1	11
Relações Interdependências		918	1.053
Recursos em Trânsito de Terceiros		918	1.053
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	13.2	4.350	4.350
Empréstimo no País - Outras Instituições		4.350	4.350
Outras Obrigações		6.479	6.116
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados		22	39
Sociais e Estatutárias	14.1	3.784	3.399
Fiscais e Previdenciárias	14.2	477	390
Diversas	14.3	2.196	2.288
<b>Não Circulante</b>		<b>9.547</b>	<b>13.887</b>
Depósitos	12	3	-
Depósito a Prazo		3	-
Relações Interfinanceiras	13.1	8.517	12.915
Repasse Interfinanceiros		8.517	12.915
Outras Obrigações	14.3	1.027	972
Diversas		1.027	972
<b>Patrimônio Líquido</b>	16	<b>60.002</b>	<b>53.401</b>
Capital Social		38.955	31.887
De Domiciliados no País		39.202	32.035
(-) Capital a Realizar		-247	-148
Reserva de Sobras		19.119	17.337
Sobras Acumuladas		1.928	4.177
<b>TOTAL</b>		<b>265.745</b>	<b>222.335</b>

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS** (EM 31/12/2016 E DE 2015 | EM MILHARES DE R\$)

	Nota	2º SEMESTRE 2016 (Não auditado)	Exercícios findos em	
			31/12/2016	31/12/2015
<b>Ingressos da Intermediação Financeira</b>	<b>21</b>	<b>18.512</b>	<b>36.011</b>	<b>34.402</b>
Operações de Crédito		18.250	35.407	33.726
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		262	604	676
<b>Dispêndios da Intermediação Financeira</b>	<b>22</b>	<b>-15.877</b>	<b>-28.182</b>	<b>-18.004</b>
Operações de Captação no Mercado		-8.907	-16.543	-12.139
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	13.3	-782	-1.576	-1.536
Provisão para Operações de Créditos		-6.188	-10.063	-4.329
<b>Resultado Bruto Intermediação Financeira</b>		<b>2.635</b>	<b>7.829</b>	<b>16.398</b>
<b>Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Desp.) Operacionais</b>		<b>1.058</b>	<b>1.611</b>	<b>-3.758</b>
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		1.552	2.938	2.069
Rendas (Ingressos) de Tarifas		1.523	2.958	2.800
Dispêndios/Despesas de Pessoal	19	-4.085	-7.777	-7.049
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	20	-4.453	-8.523	-6.812
Dispêndios/Despesas Tributárias		-174	-349	-224
Ingressos de Depósitos Intercoperativos	5.1	7.134	12.498	6.171
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	21.1	1.227	2.067	1.008
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	22.1	-1.666	-2.201	-1.721
<b>Resultado Operacional</b>		<b>3.693</b>	<b>9.440</b>	<b>12.640</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>23</b>	<b>-16</b>	<b>-94</b>	<b>-9</b>
<b>Resultado Antes da Tributação e Participações</b>		<b>3.677</b>	<b>9.346</b>	<b>12.631</b>
Participações nos Resultados de Empregados		-175	-343	-398
<b>Sobras / Perdas antes das Destinações</b>		<b>3.502</b>	<b>9.003</b>	<b>12.233</b>
<b>Informação adicional sobre a destinação do resultado:</b>				
<b>Destinações legais e Estatutárias</b>			<b>-2.262</b>	<b>-4.260</b>
F.A.T.E.S.			-860	-1.222
Reserva Legal			-1.402	-3.038
<b>Resultado antes do Juros ao Capital</b>		<b>3.502</b>	<b>6.741</b>	<b>7.973</b>
Juros ao Capital	18		-4.813	-3.796
<b>Sobras / Perdas Líquidas</b>		<b>3.502</b>	<b>1.928</b>	<b>4.177</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** (EM 31/12/2016 E DE 2015 | EM MILHARES DE R\$)

Eventos	Capital		Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar			
<b>Saldo em 31/12/14</b>	<b>25.706</b>	<b>-71</b>	<b>14.299</b>	<b>3.627</b>	<b>43.561</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior:</b>					
Ao Capital	3.616			-3.616	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados				-11	-11
<b>Movimentações de Capital:</b>					
Por Subscrição/Realização	1.313	-77			1.236
Por Devolução (-)	-1.559				-1.559
<b>Resultado e suas destinações:</b>					
Sobras ou Perdas Líquidas do exercício				12.233	12.233
Provisão de Juros ao Capital	nota 18			-3.796	-3.796
Subscrição do Juros ao Capital	nota 18	3.736			3.736
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	nota 18	-777			-777
Fates Atos Não Cooperativos				-842	-842
Função de Reserva	nota 16.d		3.038	-3.038	-
F.A.T.E.S.	nota 16.d			-380	-380
<b>Saldo em 31/12/15</b>	<b>32.035</b>	<b>-148</b>	<b>17.337</b>	<b>4.177</b>	<b>53.401</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior:</b>					
Ao FATES					-
Constituição de Reservas	nota 16.c		380	-380	-
Em Conta Corrente do Associado					-
Ao Capital	nota 16.c	3.768		-3.768	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados				-29	-29
<b>Movimentações de Capital:</b>					
Por Subscrição/Realização	2.523	-99			2.424
Por Devolução (-)	-2.831				-2.831
<b>Resultado e suas destinações:</b>					
Sobras ou Perdas Líquidas do exercício	nota 16.d			9.003	9.003
Provisão de Juros ao Capital				-4.813	-4.813
Subscrição do Juros ao Capital	nota 18	4.699			4.699
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	nota 18	-992			-992
Fates Atos Não Cooperativos				-685	-685
Função de Reserva	nota 16.d		1.402	-1.402	-
F.A.T.E.S.	nota 16.d			-175	-175
<b>Saldo em 31/12/16</b>	<b>39.202</b>	<b>-247</b>	<b>19.119</b>	<b>1.928</b>	<b>60.002</b>
<b>Saldo em 30/06/16 (Não auditado)</b>	<b>35.790</b>	<b>-200</b>	<b>17.717</b>	<b>5.501</b>	<b>58.808</b>
<b>Movimentações de Capital: (Não auditado)</b>					
Por Subscrição/Realização	1.765	-47			1.718
Por Devolução (-)	-2.060				-2.060
Sobras ou Perdas Líquidas				3.502	3.502
Provisão de Juros ao Capital	nota 18			-4.813	-4.813
Subscrição do Juros ao Capital	nota 18	4.699			4.699
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	nota 18	-992			-992
Fates Atos Não Cooperativos				-685	-685
Função de Reserva	nota 16.d		1.402	-1.402	-
F.A.T.E.S.	nota 16.d			-175	-175
<b>Saldo em 31/12/16</b>	<b>39.202</b>	<b>-247</b>	<b>19.119</b>	<b>1.928</b>	<b>60.002</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS** (EM 31/12/2016 E DE 2015 | EM MILHARES DE R\$)

**1. Contexto Operacional**

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SUL-LITORÂNEA DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL LITORÂNEO - ("SICOOB SUL-LITORÂNEO" ou "Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 28 de outubro de 1989, filiada à CCC DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/2010, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB SUL-LITORÂNEO possui 10 Postos de Atendimento (PAs) em seguintes localidades: **Alredo Chaves - ES, ICONHA - ES, PIUMA - ES, GUARAPARI - ES, ANCHIETA - ES, ITAPEMIRIM - ES, VIANA - ES.**

O SICOOB SUL-LITORÂNEO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA** (EM 31/12/2016 E DE 2015 | EM MILHARES DE R\$)

DESCRIÇÃO	30/06/2016 (Não auditado)	31/12/2016	31/12/2015
<b>Fluxos de caixa das Atividades Operacionais</b>			
<b>Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação</b>	<b>3.677</b>	<b>9.346</b>	<b>12.631</b>
Participações nos Resultados de Empregados	-175	-343	-398
Depreciações e Amortizações	276	523	455
Provisão de Juros ao Capital	-4.813	-4.813	-3.796
Provisão para perda com operações de crédito	6.188	10.063	4.329
Resultado das baixas por obsolescência do Ativo Imobilizado	-	-	2
	<b>5.153</b>	<b>14.400</b>	<b>13.009</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>			
Titulos e Valores Mobiliários	797	2.162	-494
Relações Interfinanceiras	6	-	-
Operações de Crédito	6.337	6.787	-7.347
Outros Créditos	-258	-1.010	-737
Outros Valores e Bens	-175	-166	-149
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>			
Depósitos a Vista	4.804	2.615	3.233
Depósitos sob Aviso	-15	23	-80
Depósitos a Prazo	19.255	39.085	28.887
Outras Obrigações	-167	305	695
Relações Interfinanceiras	-2.921	-5.197	20.857
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	-21.404
Relações Interdependências	912	-136	1.053
<b>Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>33.728</b>	<b>58.868</b>	<b>37.523</b>
<b>Fluxos de caixa das Atividades de Investimentos</b>			
Aplicação no Intangível	-5	-42	-
Aplicação no Diferido	-	-	-38
Inversões em Imobilizado de Uso	-449	-1.039	-276
Inversões em Investimentos	-503	-890	-1.293
<b>Caixa Líquido Aplicado nas atividades de Investimentos</b>	<b>-957</b>	<b>-1.595</b>	<b>-1.393</b>
<b>Fluxos de caixa das Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de Capital	1.718	2.424	1.236
Devolução de Capital à Cooperados	-2.060	-2.831	-1.559
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	-29	-11
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-685	-685	-842
FATES Sobras Exercício	-175	-175	-380
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	114	114	60
Subscrição do Juros ao Capital	4.699	4.699	3.736
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	-914	-914	-720
IRRF sobre Juros ao Capital	-78	-78	-57
<b>Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamentos</b>	<b>2.619</b>	<b>2.525</b>	<b>1.463</b>
<b>Aumento / Redução Líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>35.390</b>	<b>59.798</b>	<b>37.593</b>
<b>Modificações em de caixa e equivalentes de caixa</b>			
No Início do Período	89.822	65.414	27.821
No Fim do Período	125.212	125.212	65.414
<b>Varição Líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>35.390</b>	<b>59.798</b>	<b>37.593</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS** (EM 31/12/2016 E DE 2015 | EM MILHARES DE R\$)

adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, os quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, tendo sido aprovada pela diretoria executiva em 10 de março de 2017.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conciliatório Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. - Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009.

**3. Resumo das principais práticas contábeis**

**(a) Apuração do resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

**(b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

**(c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

**(d) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros prefixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

**(e) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

**NOTAS EXPLICATIVAS** (EM 31/12/2016 E DE 2015) [EM MILHARES DE R\$]

**(f) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

**(g) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

**(h) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

**(i) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

**(j) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

**(k) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

**(l) Demais ativos e passivos**

São reconhecidos pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

**(m) Provisões e Passivos contingentes**

As provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**Passivos contingentes**

As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

**(n) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

**(o) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

**(p) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

**(q) Valor recuperável de ativos – impairment**

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *“impairment”*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

**(r) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente que mereça divulgação para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

**4. Títulos e valores mobiliários**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Título De Renda Fixa – Circulante	1.186	744
Título De Renda Fixa – Não circulante	2.383	4.987
<b>TOTAL</b>	<b>3.569</b>	<b>5.731</b>

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

O resultado dessas operações em 2016 foi de R\$ 604 (2015 – R\$ 676), registrados na rubrica "Resultados de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros".

**5. Relações interfinanceiras**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira - Cooperativas	123.893	62.662
<b>TOTAL</b>	<b>123.893</b>	<b>62.662</b>

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

5.1 As receitas recebidas dessa transação resultaram em 2016 no montante de R\$ 12.498 (2015 – R\$ 6.171) registradas na rubrica "Ingressos e depósitos intercooperativos".

**6. Operações de crédito**

**a) Composição da carteira de crédito por modalidade:**

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	347	0	347	290
Empréstimos	54.976	39.595	94.571	92.804
Títulos Descontados	16.085	0	16.085	21.593
Financiamentos	4.328	4.082	8.410	11.400
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	9.885	6.197	16.082	20.802
(-) Provisões para Operações de Crédito	(12.519)	0	(12.519)	7.063
<b>TOTAL</b>	<b>73.102</b>	<b>49.874</b>	<b>122.976</b>	<b>139.826</b>

**b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:**

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financ.	Financ. Rurais	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
AA - Normal	994	0	0	207	1.201		861	
A 0,5% Normal	22.333	103	3.138	2.177	27.751	139	43.533	218
B 1% Normal	49.627	2.154	2.992	11.380	66.153	662	74.571	746
B 1% Vencidas	294	3	282	100	679	7	1.072	11
C 3% Normal	15.225	1.002	1.379	1.680	19.286	579	13.088	393
C 3% Vencidas	559	21	198	0	778	23	3.623	109
D 10% Normal	974	368	38	59	1.440	144	1.408	141
D 10% Vencidas	1.821	22	92	0	1.935	194	1.138	114
E 30% Normal	4.375	34	0	104	4.513	1.354	630	189
E 30% Vencidas	1.781	8	9	0	1.798	539	1.560	468
F 50% Normal	322	38	22	0	382	191	494	247
F 50% Vencidas	781	12	69	0	862	431	667	333
G 70% Normal	174	50	0	0	224	157	306	214
G 70% Vencidas	1.550	24	114	59	1.747	1.223	191	134
H 100% Normal	341	192	18	83	634	634	526	526
H 100% Vencidas	6.121	140	58	234	6.552	6.552	3.222	3.222
Total Normal	94.365	3.941	7.587	15.690	121.583	3.858	135.417	2.673
Total Vencidos	12.906	231	823	392	14.352	8.969	11.472	4.390
Total Geral	107.271	4.172	8.410	16.082	135.935	12.827	146.889	7.063
Provisões	11.430	513	313	571	12.827		7.063	
<b>Total Líquido</b>	<b>95.841</b>	<b>3.659</b>	<b>8.097</b>	<b>15.511</b>	<b>123.108</b>		<b>139.826</b>	

Na composição do quadro encontra-se agregado, nos níveis de risco, os valores de avais e fianças honrados no montante de R\$440, bem como o saldo de provisão correspondente no montante de R\$ 308, conforme apresentado na nota 7.

**c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:**

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	19.920	31.672	39.595	91.187
Títulos Descontados	14.868	1.217	0	16.085
Financiamentos	1.377	2.951	4.082	8.410
Financiamentos Rurais	2.229	7.656	6.197	16.082
<b>TOTAL</b>	<b>38.393</b>	<b>43.495</b>	<b>49.874</b>	<b>131.763</b>

\* A diferença entre o total das operações do quadro "b" e "c" no montante de R\$ 4.172 refere-se aos valores de saldo de cheque especial, conta garantida e adiantamento a depositante, que não possuem vencimento.

**d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:**

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financ.	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2016	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	1.039	32.232	4.920	300	38.490	28%
Setor Privado - Indústria	19	133	53	0	204	0%
Setor Privado - Serviços	924	37.079	5.160	0	43.163	32%
Pessoa Física	2.161	29.789	5.423	15.471	52.844	39%
Outros	31	364	528	310	1.233	1%
<b>TOTAL</b>	<b>4.172</b>	<b>99.597</b>	<b>16.085</b>	<b>16.082</b>	<b>135.935</b>	<b>100%</b>

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	7.063	4.281
Constituições	9.599	4.329
Transferência para prejuízo	(4.143)	(1.547)
<b>TOTAL</b>	<b>12.519</b>	<b>7.063</b>

**f) Concentração dos Principais Devedores:**

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	5.428	4,00%	149	0,00%
10 Maiores Devedores	33.390	25,00%	643	0,00%
50 Maiores Devedores	59.927	44,00%	1.381	1,00%

**g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	5.694	4.959
Valor das operações transferidas no período	4.143	1.547
Valor das operações recuperadas no período	(571)	(796)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	56	99
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(110)	(115)
<b>TOTAL</b>	<b>9.212</b>	<b>5.694</b>

O resultado dessas operações montaram em 2016 R\$ 35.407 (2015 – R\$ 33.726) registradas na rubrica "Operações de crédito" na demonstração de sobras ou perdas.

**7. Outros créditos**

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Avais E Fianças Honrados	440	0
Rendas A Receber	1.623	901
Serviços Prestados a Receber	172	125
Outras Rendas a Receber (a)	1.451	776
Diversos	634	540
Adiantamentos e Antecipações Salariais	19	15
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	31	16
Adiantamento por conta de imobilizações	10	-
Impostos e Contribuições a Compensar (b)	346	289
Pagamentos a Ressarcir	18	1
Títulos e Créditos a Receber	167	169
Devedores Diversos – País	43	50
(-) Provisões Para Outros Créditos (c)	(308)	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.389</b>	<b>1.441</b>

(a) A maior representatividade desse grupo refere-se a Centralização financeira no montante de R\$ 1.379;

(b) Montante refere-se a impostos federais a serem compensados;

(c) Refere-se a provisão por avais e fianças honrados.

**Outros créditos - não circulante**

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	1.003	941
<b>TOTAL</b>	<b>1.003</b>	<b>941</b>

(a) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 157), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 825) e outros (R\$ 21).

**8. Outros valores e bens**

**NOTAS EXPLICATIVAS** (EM 31/12/2016 E DE 2015 | EM MILHARES DE R\$)

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bens Não de Uso Próprio (a)	440	160
Material em Estoque	16	2
(Provisões para Desvalorizações) (b)	(135)	0
Despesas Antecipadas (c)	14	7
<b>TOTAL</b>	<b>335</b>	<b>170</b>

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção;

(b) Refere-se a provisão com base em laudo atualizado dos valores de mercados dos bens não de uso próprio;

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros.

**9. Investimentos**

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Descrição	Percentual Participação	31/12/2016	31/12/2015
Participações em cooperativa central de crédito	5%	4.363	4.363
Participações inst financ controlada coop crédito	0,33%	3.769	2.879
<b>TOTAL</b>		<b>8.132</b>	<b>7.242</b>

**10. Imobilizado de uso**

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Taxa Depreciação *
Imobilizado em Curso	0	4	
Instalações	1.691	1.221	10%
Móveis e equipamentos de Uso	1.045	814	10%
Sistema de Comunicação	64	55	10%
Sistema de Processamento de Dados	1.057	853	20%
Sistema de Segurança	421	324	10%
Sistema de Transporte	162	145	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	-2.413	-1.939	
<b>TOTAL</b>	<b>2.026</b>	<b>1.477</b>	

(\*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

**11. Intangível**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outros Ativos Intangíveis	313	262
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(210)	(169)
<b>TOTAL</b>	<b>103</b>	<b>93</b>

**12. Depósitos**

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final da operação, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à Vista	34.001	31.386
Depósito Sob Aviso	1.353	1.329
Depósito a Prazo	141.952	102.867
<b>TOTAL</b>	<b>177.306</b>	<b>135.582</b>

Os depósitos, até o limite de R\$ 250, por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº 4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Depositante	13.554	8,00%	1.602	1,00%
10 Maiores Depositantes	40.266	23,00%	4.828	4,00%
50 Maiores Depositantes	61.991	36,00%	9.763	7,00%

O resultado dessas operações montaram em 2016 R\$ 16.543 (2015 – R\$ 12.139) registradas na rubrica "operações de captação no mercado" na demonstração de sobras ou perdas.

**13. Relações Interfinanceiras e Obrigações por empréstimos e repasses**

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

**13.1 Relações Interfinanceiras:**

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2016		31/12/2015
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
BANCOOB	Diversas	Diversos	6.908	8.218	19.438
Sicoob Central ES	Diversas	Diversos	236	299	1.411
Total			7.144	8.517	20.849

**13.2 Obrigações por Empréstimos e Repasses:**

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2016		31/12/2015
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
Sicoob Central ES	Diversas	Diversos	4.350	-	4.350
Total			4.350	-	4.350

**13.3 Resultado das Relações Interfinanceiras / Obrigações por Empréstimos e Repasses:**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
BANCOOB	900	990
Sicoob Central ES	676	546
<b>Total</b>	<b>1.576</b>	<b>1.536</b>

**14. Outras Obrigações**

**14.1 Sociais e Estatutárias**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Provisão Para Participações Nos Lucros (a)	341	356
Resultado De Atos Com Associados (b)	1.292	1.117
Resultado De Atos Com Não Associados (b)	969	938
Gratificações E Participações A Pagar (c)	13	71
Cotas De Capital A Pagar (d)	1.169	918
<b>TOTAL</b>	<b>3.784</b>	<b>3.399</b>

(a) Consistenciada pela Lei 10.101/00, e acordo coletivo, a Cooperativa provisionou o montante de R\$ 341, a título de participação dos empregados nos resultados, com o pagamento efetivado em 31/01/17.

(b) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação

desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(c) Refere-se a provisão para pagamento de bônus para Diretoria Executiva.

(d) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

**14.2 Fiscais e Previdenciárias**

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e contribuições a recolher	477	390
<b>TOTAL</b>	<b>477</b>	<b>390</b>

**14.3 Diversas**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de Pessoal	481	448
Outras Despesas Administrativas (a)	397	335
Cheques Descontados (b)	121	439
Obrigações Por Aquisição De Bens e Direitos	13	3
Obrigações Por Prestação De Serviços De Pagamento (c)	664	478
Cretores Diversos – País (d)	225	444
Provisão para Garantias Prestadas	296	141
<b>TOTAL</b>	<b>2.197</b>	<b>2.288</b>

(a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com água/energia R\$ 5, alugueis R\$ 40, comunicações R\$ 60, segurança e vigilância R\$ 10, manutenção e conservação de bens R\$1, transporte R\$ 5, plano de saúde R\$ 3, compensação R\$ 94, seguros a recolher R\$ 2, seguro prestamista R\$ 90, provisão de despesas com cartões R\$ 52, outras R\$ 35;

(b) Refere-se a cheques depositados relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2016;

(c) Refere-se aos convênios de folhas de pagamento com empresas associadas;

(d) A maior representatividade refere-se a valor a ser repassada para o Sicoob Central ES R\$ 53, cobranças em liquidação 8, pendências R\$ 148 e outras R\$ 16.

**14.4. Contingências Passivas**

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões, que estão registradas na rubrica provisões para contingências.

Descrição	2016		2015	
	Provisão para causas judiciais	Depósitos judiciais	Provisão para causas judiciais	Depósitos judiciais
PIS (a)	157	157	149	149
COFINS (a)	825	825	784	784
Trabalhista (b)	20	21	-	-
Outras (c)	25	-	39	8
<b>Total</b>	<b>1.027</b>	<b>1.003</b>	<b>972</b>	<b>941</b>

(a) PIS e COFINS - quando do advento da lei no. 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a dezembro de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em garantia;

(b) Refere-se a processo trabalhista

(c) Refere-se a processo de dano moral e material.

Os processos judiciais em que a Cooperativa figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis processos, totalizando R\$ 108.

**15. Instrumentos financeiros**

O SICOOB SUL- LITORÂNEO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

**16. Patrimônio líquido**

**(a) Capital Social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	38.955	31.886
Associados	13.940	12.555

**(b) Reserva Legal**

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

**(c) Sobras Acumuladas**

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15/04/2016, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, parte para o Fundo de Reserva, no valor de R\$ 380 e o restante para o aumento do capital social, no valor de R\$ 3.797.

**(d) Destinações estatutárias e legais**

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2016	2015
Sobra líquida do exercício	4.190	8.437
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(685)	(842)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	3.505	7.595
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 40%	(1.402)	(3.038)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(175)	(380)
<b>Sobra à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>1.928</b>	<b>4.177</b>

**17. Resultado de atos não cooperativos**

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Receita de prestação de serviços	2.163	1.441
Despesas específicas de atos não cooperativos	(247)	(168)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(616)	(422)
Resultado Não Operacional	(94)	(9)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.206	842
<b>Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)</b>	<b>1.206</b>	<b>842</b>

**18. Juros sobre o Capital Próprio**

A Cooperativa pagou juros sobre o capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

**NOTAS EXPLICATIVAS** (EM 31/12/2016 E DE 2015 | EM MILHARES DE R\$)

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Juros ao Capital	4.813	3.796
IRRF sobre juros ao capital	(89)	(57)
Juros ao Capital – Associados Desligados	(104)	(60)
Creditado em Conta Corrente (a)	(914)	(720)
<b>Valor incorporado a conta capital</b>	<b>3.706</b>	<b>2.959</b>

(a) Na mesma data do pagamento do juros ao capital incorporado, parte dele foi devolvido e creditado na conta corrente do associado, no montante de R\$ 914 (2015-R\$ 720).

**19. Dispêndios/Despesas com Pessoal**

Descrição	2016	2015
Despesas de Honorários	1.180	893
Despesas de Pessoal - Benefícios	1.283	1.148
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	1.518	1.425
Despesas de Pessoal - Proventos	3.695	3.507
Despesas de Pessoal - Treinamento	3	1
Despesas de Remuneração de Estagiários	98	75
<b>TOTAL</b>	<b>7.777</b>	<b>7.049</b>

**20. Outros Dispêndios/Despesas Administrativas**

Descrição	2016	2015
Despesas de Água Energia e Gás	258	243
Despesas de Aluguéis	721	604
Despesas de Amortização	35	90
Despesas de Comunicações	402	332
Despesas de Depreciação	488	365
Despesas de Manutenção e conservação de bens	86	48
Despesas de Material	152	107
Despesas de Processamento de Dados	860	798
Despesas de Promoções e Relações Públicas	95	86
Despesas de Propaganda e Publicidade	119	104
Despesas de Publicações	9	10
Despesas de Seguros	11	12
Despesas de Serviços de Terceiros	511	440
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	690	563
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	2.328	1.852
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	363	334
Despesas de Transporte	252	246
Despesas de Viagem no País	51	53
Outras Despesas Administrativas	1.092	525
<b>TOTAL</b>	<b>8.523</b>	<b>6.812</b>

**21. Ingressos da Intermediação Financeira**

Descrição	2016	2015
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	914	1.032
Rendas De Empréstimos	25.268	22.647
Rendas de Títulos Descontados	5.278	5.263
Rendas De Financiamentos	2.399	3.007
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas E Refinanc	1.033	1.081
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	515	696
Rendas C/ Tit.Valores Mobil.E Instrumentos Financ.	604	676
<b>TOTAL</b>	<b>36.011</b>	<b>34.402</b>

**21.1 Outros Ingressos/rendas operacionais**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Recuperação de despesas diversas	265	62
Reversão de provisões administrativas	19	-
Rendas de repasses Delcredere	88	68
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	25	2
Crédito Receita SIPAG – Antecipação	47	1
Receita Volume Financeiro - REDE	1	-
Dividendos	376	215
Rendas Juros Cartão de Crédito	712	352
Rendas Multas por Atraso – Cartão de Crédito	237	140
Rendas Intercambio – Cartão de Crédito	255	129
Rendas Intercambio – Cartão de Débito	42	33
Outras	-	6
<b>Total</b>	<b>2.067</b>	<b>1.008</b>

**22 Dispêndios da Intermediação Financeira**

Descrição	2016	2015
Despesas De Captação	-16.543	-12.139
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-1.576	-1.536
Provisão para Operações de Crédito	-10.063	-4.329
<b>TOTAL</b>	<b>-28.182</b>	<b>-18.004</b>

**22.1 Outros dispêndios/despesas operacionais**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Descontos concedidos - operações de crédito	1.484	347
Correspondente bancário	5	17
Passivos Contingentes	25	-
Passivo Trabalhista	-	10
Tarifa Recebimento Convenio Diversos – INSS	6	5
Mensagem SMS – Cartões	3	-
Cancelamento de tarifas pendentes	347	275
Perdas – Práticas Inadequadas	3	-
Perdas – Falhas de Gerenciamento	2	-
Fundo de Desenvolvimento	-	839
Contribuição ao Fundo ressarcimento de Fraudes Externas	6	17
Contribuição ao Fundo ressarcimento de Perdas Operacionais	4	10
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	283	-
Multas e Juros diversos	1	23
Descontos Concedidos – Operações Crédito Pessoal	7	-
Estorno Juros Mora – Operações Crédito RPL/Repasses	5	-
Provisão para Garantias Prestadas	-	140
Cofins judicial	-	14

Despesas Recursos Proagro	-	4
Diversos	20	20
<b>Total</b>	<b>2.201</b>	<b>1.721</b>

**23. Resultado não operacional**

Descrição	2016	2015
Lucro Em Transações Com Valores De Bens	20	0
Outras Receitas Não Operacionais	122	16
Prejuízos Em Transações Com Valores E Bens	-13	0
Outras Despesas Não Operacionais	-222	-26
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-94</b>	<b>-9</b>

**24. Partes Relacionadas**

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2016

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
1.675	0,28
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
999	0,73

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2016:

OPERAÇÕES ATIVAS			
NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Conta Corrente	47	(1)	1,14
Crédito Rural	187	(2)	1,16
Empréstimo	235	(12)	0,24
Títulos Descontados	152	(2)	0,94

OPERAÇÕES PASSIVAS – SALDO EM 31/12/2016			
Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	131	0,39	-
Depósitos a Prazo	1.254	0,87	90% a 100% CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta Garantida	5,97% a.m	5,97% a.m
Desconto de Cheques	1,70% a.m. a 4,00% a.m*	1,70% a.m. a 4,00% a.m
Empréstimos	0,95% a.m. a 4,85% a.m. CDI+0,70% a.m. a CDI+3,00% a.m.	0,95% a.m. a 7,20% a.m. CDI+0,70% a.m. a CDI+3,00% a.m
Crédito Rural - RPL	1,25% a.m. a 2,80% a.m.	1,25% a.m. a 2,80% a.m.
Crédito Rural - Repasses	2,50% a.a. a 10,50% a.a. +TR	2,50% a.a. a 10,50% a.a. + TR
Renegociação	1,20% a 4,00% CDI + 0,30% a CDI+3,00% a.m.	1,20% a 4,00% CDI + 0,30% a CDI+3,00% a.m.
Aplicação Financeira – RDC Longo CDI	90% a 100% CDI	90% a 100% CDI

No exercício de 2016, os benefícios monetários e não monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, custeio parcial de plano de saúde, seguro de vida e previdência privada, apresentando-se da seguinte forma:

**BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2016 (R\$ mil)**

Honorários e Cédula de Presença	1.049
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	32

A Cooperativa apresenta os valores de transação com as partes relacionadas que teve com o Sicoob Central ES que é uma Cooperativa Central de crédito, o qual, a Cooperativa tem participação (Nota 9, 13 e 24) e está presente e no conselho de administração e com o Bancoob (Nota 9 e 13).

	Transações com Sicoob Central ES e Bancoob	
	2016	2015
<b>Ativo</b>	<b>127.462</b>	<b>68.393</b>
Títulos e Valores mobiliários	3.569	5.731
Relações Interfinanceiras	123.893	62.662
<b>Passivo</b>	<b>20.011</b>	<b>25.199</b>
Relações Interfinanceiras	15.661	20.849
Obrigações por Empréstimos e Repasses	4.350	4.350
Receitas	13.102	6.847
Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. E Instr. Financeiros	604	676
Ingressos de Depósitos Interooperativos	12.498	6.171
Despesas	2.299	1.773
Operações de Empréstimos e Repasses	1.576	1.536
Despesas Administrativas (Rateio Despesas da Central)	723	237

**25. Cooperativa Central**

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL-LITORANEA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL LITORANEO - SICOOB SUL- LITORÂN-NEO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SUL- LITORÂN-NEO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

**26. Gerenciamento de Risco**

**NOTAS EXPLICATIVAS** (EM 31/12/2016 E DE 2015 | EM MILHARES DE R\$)

**26.1 Risco operacional**

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional. **Risco de Mercado e de Liquidez**

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB SUL- LITORÂNEO** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB SUL- LITORÂNEO** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOCOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o **SICOOB SUL- LITORÂNEO** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

**26.3 Risco de Crédito**

O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB SUL- LITORÂNEO** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB SUL- LITORÂNEO** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOCOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB SUL- LITORÂNEO** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

**26.4 Gerenciamento de capital**

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB SUL- LITORÂNEO** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, **SICOOB SUL- LITORÂNEO** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- (a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
  - (b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
  - (c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
- Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

**27. Coobrigações e riscos em garantias prestadas**

Em 31 de Dezembro de 2016, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$13.998 (2015 – 12.458), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

**28. Seguros contratados – Não auditado**

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

**29. Índice de Basileia**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 3444, de 28/02/2007, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2016	2015
Patrimônio de Referência	59.975	53.396
Margem de Compatibilização	39.152	33.108
Índice da Basileia	37,44%	34,21%
Margem de Imobilização	27.855	25.132

Alfredo Chaves-ES, 10 de março de 2017.

**Fabrizio Soares Damasceno**  
Diretor Executivo  
CPF: 813.168.287-00

**Luzia Ignez Gallina**  
Diretora Operacional  
CPF: 009.745.227-08

**Fábia Lorena Rosi Mantovanelli**  
Contadora CRC nº 013868/O-8-ES  
CPF: 007.835.517-62

**RELATÓRIO DE AUDITORIA**

Aos Administradores e Cooperados Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Litorânea do Espírito Santo – Sicoob Sul-Litorâneo

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Litorânea do Espírito Santo – Sicoob Sul-Litorâneo (“Cooperativa” ou “Sul-Litorâneo”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Litorânea do Espírito Santo – Sicoob Sul-Litorâneo em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas

**RELATÓRIO DE AUDITORIA**

normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Outros assuntos**

**Informações suplementares relativas ao segundo semestre de 2016**

Conforme resolução 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional – CMN, as demonstrações contábeis das cooperativas de crédito singulares relativas ao primeiro semestre do exercício social estão dispensadas da necessidade de auditoria independente. Consequentemente, as informações financeiras suplementares da Cooperativa relativas ao segundo semestre de 2016, apresentadas em conjunto com os saldos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram objeto específico de auditoria e estão sendo apresentadas como informação suplementar.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis da Cooperativa em 31 de dezembro 2015 foram auditadas por outros auditores, cujo relatório, datado de 21 de março 2016, expressa uma opinião sem ressalvas.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 13 de março de 2017



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 “S” ES



Guilherme Naves Valle  
Contador CRC 1MG070614/O-5 “S” ES

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da **Cooperativa de Livre Admissão Sul Litorânea do Espírito Santo – Sicoob Sul Litorâneo**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores externos – PricewaterhouseCoopers, datado de 10 de Março 2017, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária.

Alfredo Chaves/ES, 16 de Março de 2017.

**Nelson Augusto Mello Guimarães**  
Coordenador do Conselho Fiscal

**Valentim Cardoso**  
Secretário do Conselho Fiscal

**Renato Rosetti Conde**  
Conselheiro Fiscal - Efetivo